



Eurides Brito (segunda à esquerda) ficou com a tarefa de redigir o parecer final, antes da proposta ir para o plenário

RENDA UNIVERSITÁRIA

Projeto do GDF é aprovado

MATÉRIA PASSA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E VAI A PLENÁRIO DA CÂMARA PARA VOTAÇÃO EM DOIS TURNOS. PROPOSTA PREVÊ O FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PARA ESTUDANTES POBRES

Ângela Oliveira

A Comissão de Educação e Saúde da Câmara Legislativa discutiu ontem pela manhã o relatório sobre o projeto Renda Universitária, enviado pelo Executivo, que propõe a concessão de bolsas de estudo a alunos universitários que não tem condições de custear a formação de nível superior. O relatório apresentado pela presidente da Comissão, deputada Arlete Sampaio (PT), que avocou para si a relatoria, teve a maioria das emendas recusadas, mas acabou sendo aprovado na comissão.

No entanto, à tarde, quando o projeto seguiu para votação em dois turnos em plenário, Arlete apresentou novamente as emendas que não foram acatadas. Já a deputada Eurides Brito (PMDB), vice-presidente da Comissão, ficou com a tarefa de elaborar o parecer final sobre a matéria. Entre as emendas que foram acatadas, está a de autoria da deputada Eliana Pedrosa

(sem partido), que propõe a criação do Conselho Gestor do programa, que deverá ser formado por representantes de diferentes segmentos da sociedade.

Já duas emendas apresentadas por Arlete foram rejeitadas. Uma delas exigia que as faculdades que recebem estudantes com bolsas, previstas pelo projeto, oferecessem uma contrapartida, se responsabilizando pelo custeio próprio de 25% do total das bolsas para alunos carentes oferecidas no estabelecimento. Ou seja, se a instituição receber verbas do governo para viabilizar com bolsas, deverá arcar

com o custeio de 25% do montante total. A outra emenda recusada, de autoria da petista, propunha que es-

prestassem serviços de alfabetização para jovens e adultos após o término do curso.

O deputado Izalci Lucas

sem ao que é proposto pelo projeto, teriam o direito de ser beneficiadas com isenções fiscais. Os membros da Comissão decidiram que esse assunto deve ser tratado pelo Executivo, e não por meio de emenda de parlamentar.

Arlete disse que o não-acatamento do seu relatório deveu-se à atual composição da Comissão. Ela lamentou o resultado da votação. "É uma pena que as emendas propostas para melhorar o projeto não tenham sido acatadas".

Mas a expectativa dela era a de que à tarde, durante a votação da matéria, em plenário, quando as emendas rejeitadas seriam reapresentadas, os deputados pudessem reverter o resultado desfavorável ao parecer preliminar votado pela manhã. A sessão plenária entrou pela noite adentro e até o fechamento da edição o projeto não havia sido votado.

COM CAMISINHA,
TÔ DENTRO

dantes ben-
ficiados com as bolsas
menda rejeitada. Pela sua proposta, as instituições que aderis-

EU PROPOUNHO

Eliana Pedrosa (sem partido)



Hiram Vargas

Programa de reciclagem de entulhos

A deputada distrital Eliana Pedrosa (sem partido) apresentou um Projeto de Lei (PL) que cria a política de reciclagem de entulhos provenientes da construção civil. De acordo com a deputada, o projeto tem como objetivo incentivar o uso, a comercialização e a industrialização de materiais recicláveis que resultem principalmente em reaproveitamento na construção de casas populares.

Pelo projeto, compete ao Poder Executivo a execução da política, que deve apoiar a criação de centros de prestação de

serviços e de comercialização, distribuição e armazenagem de materiais recicláveis em cada região administrativa. Terá também que incentivar a criação, em dada regional, de indústrias voltadas para a reciclagem de materiais do setor da construção. Ainda, segundo o projeto, a política terá que viabilizar campanhas de

A RECICLAGEM DE RESÍDUOS TRAZ MELHORIAS PARA O MEIO AMBIENTE

DEPUTADA ELIANA PEDROSA

educação ambiental, voltadas para a divulgação e valorização do uso de materiais recicláveis e seus benefícios.

O PL prevê ainda que a política a ser instituída deverá incentivar o desenvolvimento de projetos de utilização de material reciclável, além de promover, em articulação com cada região administrati-

va, campanhas de incentivo à realização de coletas seletivas do lixo. Para criar centros de prestação de serviços, de comercialização, distribuição e armazenagem de materiais recicláveis, o Poder Executivo deve reservar área em cada regional administrativa.

Segundo a autora do projeto, com a constituição das unidades de reciclagem de entulho da construção civil, será atacada, de forma direta e eficiente a formação de lixões, ao mesmo tempo que seriam criados empregos diretos e indiretos nas

regiões administrativas. "A indústria da reciclagem de resíduos sólidos tem-se ampliado em diversos países, trazendo melhorias significativas ao meio ambiente", argumenta Eliana.

As unidades de reciclagem, acrescenta a parlamentar, serviriam como fornecedores da economia local, pois o material reciclado seria usado como insumo para as empresas, que teriam a seu dispor matéria-prima a um preço menor, tanto no que tange ao valor em si, quanto ao preço do frete. (Ângela Oliveira)